

Em busca do manejo sustentável da madeira na Amazônia: análise de obstáculos à produção⁽¹⁾

Searching of sustainable management of wood in the Amazon: analysis of production obstacles

Renan Albuquerque

Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas

Bader B. Sawaia

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Flávia Roberta Busarello

Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

A pesquisa avaliou a continuidade da produção de itens florestais entre assentados da reforma agrária na Amazônia, tendo por pressuposto o fato de que existem obstáculos incidentes para essa produção. A população assentada em estudo teve assistência de um Programa de Manejo Florestal Federal, o ProManejo, do Ibama, durante dois anos. Foi utilizado questionário qualitativo e roteiro de entrevistas semiestruturado. Participaram 37 pessoas. Foi verificado que existem correlações entre entendimento e aceitação do projeto mediante auxílio técnico e acompanhamento a trabalhos e que sentido e comum, principalmente, são constructos incidentes para a consolidação de crenças e atitudes ambientalmente responsáveis.

Palavras-Chave: Manejo de madeira; Produção florestal; Avaliação psicossocial; Amazônia; Meio ambiente.

Abstract

The research evaluated the continuity of the production of forest items among agrarian reform settlers in the Amazon, assuming the fact that there are psychosocial obstacles to this production. A Federal Forest Management Program, ProManejo, from Ibama, assisted the research for two years. We used a qualitative questionnaire and semi-structured interview script, with 37 people participated. It was found that there are correlations between understanding and acceptance of the project through technical assistance and monitoring of work and that identity and common sense are incident constructs for the consolidation of environmentally responsible beliefs and attitudes.

Keywords: Wood dandling; Forest production; Psychosocial assessment; Amazon; Environment.

Amazônia, uma questão global

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou seu mais recente relatório acerca do aquecimento global em 2013. A versão final do documento difundida em 2014 (IPCC, 2013, 2014, 2014a). Nele, são agrupados estudos científicos atuais sobre alterações ambientais globais. Segundo o *5º Relatório do IPCC*, há a necessidade de limitar o aquecimento da Terra em até 1,5°C e, entre outros pontos, nessa tarefa a Amazônia é o bioma

de floresta tropical de maior importância para o planeta. O relatório foi coordenado por mais de 100 cientistas de 52 nações⁽²⁾.

O texto apresenta cenários pessimistas sobre os efeitos do uso da terra por parte de agrofamíliares (pequenos produtores) e agroindustriais (grandes produtores) com atividade na Amazônia, bem como sobre o número de terras desmatadas e o impacto na emissão de gases de efeito estufa. Por sua vez, as próprias mudanças climáticas afetam a gestão do uso da terra no bioma tropical para plantio e cultivo. O *5º Relatório* retoma a discussão referente ao percentual de desmatamento crítico para manter a floresta em pé. Foi referendado que, se esse percentual variar em diferentes áreas do bioma de 25% a 40%, provavelmente se chegará a um ponto de não retorno, o que afetaria definitivamente o ciclo do carbono e geraria inúmeros eventos extremos de secas e cheias (IPCC, *op. cit.*). Atualmente, o percentual acumulado de perda de camada florestal da Amazônia brasileira é de cerca de 18% em território brasileiro.

No centro do debate, reconhece o IPCC, estão as 22 milhões de pessoas que moram na Amazônia e fazem uso da biodiversidade da região e, mais especificamente, em nosso caso de estudo, estão os assentados do bioma. Em geral oriundos de recantos geográficos multivariados do Brasil, na maioria regiões de extrema pobreza, como periferias, áreas de ocupação ilegal de terras e favelas urbanas, assentados, mesmo sem incentivo federal, passaram a integrar a área após o encerramento de projetos de colonização, no governo Collor (1990-1992). Collor não fez nenhuma desapropriação de terras com o intuito de reforma agrária, mas mesmo assim houve considerável fluxo migracional para a Amazônia no início da década de 1990. E em fins de 1992, após a retomada de ações de assentamento, com a posse de Itamar Franco, o volume de assentamentos aumentou na região.

As pessoas que migraram a partir desses projetos somaram-se à população rural já existente, que produzia itens florestais madeireiros e não madeireiros na Amazônia. Dentre diferentes grupos integrantes do bioma, assentados passam também a exercer parcela de influência no trato com o ambiente amazônico. Como consequência dessa migração mal planejada, tivemos: i) alta no índice percentual de retirada da cobertura florestal primária — e, portanto, madeireira — da região, que nos últimos 10 anos (2008-2018) atingiu 34,4%, apontando aumento da área desmatada e previsibilidade estatística de pico de 40% em áreas degradadas até início de 2021; e ii) e mudanças no direcionamento produtivo local, passando do fomento a itens florestais para o desenvolvimento de culturas agrícolas, além do interesse por piscicultura e avicultura (CESÁRIO, MOURA e OLIVEIRA FILHO, 2006).

Somou-se ao cenário a falta de ações de fomento de base técnica ao manejo florestal. De tal forma que, em quase três décadas de criação do assentamento, a extração de riquezas

naturais da área aponta para incertezas quanto à permanência de grupos na região nos próximos 20 anos devido à retirada irracional de recursos naturais. Hje, dentro da conjuntura regional, são essas populações de assentados que mais se encontram em situações de enfrentamento de problemas em razão das dificuldades de adaptação à floresta (BALSADI, 2001; ALBUQUERQUE *et al.*, 2005). A continuar a exploração indistinta de fauna e flora na área do assentamento, a projeção é de alta em áreas degradadas sem a contribuição para a diminuição de desigualdades socioeconômicas ou a inclusão social de assentados (DIAS *et al.*, s/d).

É um problema que diz respeito a trabalho e renda porque, amiúde, pequenos volumes de itens madeireiros e não madeireiros produzidos conferem a eles pouquíssima ou nenhuma renda. E também guardam estreita ligação com o parco conhecimento que essas populações possuem para viver e trabalhar na floresta de modo sustentável. Segundo o documento do IPCC, a questão da produção sustentável é problemática central inerente a assentamentos amazônicos. Todavia, o 5º Relatório não aborda essas particularidades, de ordem socioeconômica e política, que concorrem fortemente para a pequena produção para subsistência ou venda de produtos florestais nessas localidades (VERÍSSIMO *et al.*, 2002; SCHNEIDER *et al.*, 2000).

São particularidades que concorrem para o não comprometimento com processos sustentáveis de extração ou produção de itens florestais (LUCKERT e CAMPBELL, 2002; MEDINA, 2004). Esse cenário parece exacerbar o problema do volume produtivo dos assentamentos, dada a maior dificuldade para o manejo de bens agriculturáveis, para a troca de informações sobre produtividade e venda comercial e ainda para a cooperação. Ademais, há vieses xenofóbicos e de estereotipia contra assentamentos por parte de grupos agroindustriais estabelecidos historicamente no entorno de áreas de assentados no Estado do Amazonas (ALBUQUERQUE, VASCONCELOS e COELHO, 2004). No futuro, a persistir esse contexto, no âmbito socioeconômico a escassez de recursos tenderá a ser rigorosa no tocante à produtividade, levando em consideração o empobrecimento faunístico e florístico decorrente não apenas do aquecimento global⁽³⁾, mas igualmente do rebaixamento do potencial produtivo de fitoterápicos e nutritícios (CESÁRIO, 2004). Consequências que desembocarão em uma possível nova “era de migração” e mais mudanças geoproductivas, decorrentes da destruição sequencial de ecossistemas.

Acreditamos relevantes esses pontos por serem adjacentes à questão das dimensões humanas das mudanças climáticas, investigadas pelo IPCC no recente trabalho, bem como o paradoxo do volume de recursos naturais de uma região não refletir o nível de qualidade de vida dos residentes (DRUMMOND, 2002). Essas são questões que motivaram o estudo. Buscamos fundamentos para demonstrar que a conservação da floresta e a produção de riquezas

retiradas dos recursos naturais disponíveis podem se associar sem que haja prejuízo a seres humanos e ao meio ambiente e que, para tanto, é preciso levar em consideração questões psicossociais aí envolvidas. O escopo da análise foi constituído de estudo de caso concreto, do manejo sustentável da madeira na Amazônia brasileira, em diálogo com teorias da Psicologia Social e da Antropologia.

O estudo utiliza, portanto, referencial teórico interdisciplinar, partindo de categorias analíticas do Núcleo de Pesquisa da Dialética Exclusão-Inclusão Social (Nexin), da Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam), que abrange áreas de Antropologia e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A partir do diálogo entre dois núcleos, entendemos a desigualdade social para além de situação puramente econômica, pois “a segregação se configura espacialmente onde as relações caminham, no sentido de diminuir formas coletivas de luta pela libertação e cada um e pela igualdade de todos” (SAWAIA, 1995, p. 24).

Intencionalidade e constituição do estudo

Levantamentos sobre aceitação de planos de manejo em áreas rurais amazônicas (RODRIGUES, 2006, 2006a), incluindo-se assentamentos, concluíram que obstáculos para integrações de pessoas a atividades socioambientais são também de ordem psicossocial e perpassam por sentimentos de pertença social e coletividade. Supôs-se que assentados tendem a diluir a consciência de grupo, fragmentando possibilidades de ação coletiviza, pendendo rumo a individualismos, tanto pelo baixo índice de sentimentos de pertencimento ante populações endógenas da área, quanto pela necessidade de sobrevivência em meio a contingências da vida (ID., *op. cit.*). E isso dentro de uma conjuntura extrativista, com propensão a degradar o meio ambiente onde se inserem, caso não haja meios técnicos para o contrário.

Assim, ancoramos nossa análise em duas categorias da psicologia sócio-histórica, “sentido” e “comum”, sendo o comum o fortalecimento da potência frente a violências sofridas por assentados e o sentido a constituição psicossocial de pessoas em face ao pertencimento ao território. Partimos da ideia de “um projeto de assentamento caracterizado por ser um local de trabalho e moradia [e de vida] onde se constroem relações intra e intergrupais” (ALBUQUERQUE *et al.*, p. 500), o que significa pressupor que, com imbricados processos de ocupação e produção florestal em assentamentos na Amazônia, importa menos a quantidade de pessoas trabalhando e mais o modo como o processo produtivo está ocorrendo e é significado, juntamente com a efetividade de programas de manejo para áreas nativas do trópico úmido.

Corroborando com a linha de pensamento, Gehlen (2004) sugere que a lógica econômica na Amazônia tende a não ser mercantil, mas sim de sobrevivência e associativa à renda por excedente, postulando que “a existência econômica [na Amazônia] se baseia acima de tudo sobre o usufruto imediato dos bens” (p. 97). Em outras palavras, assentados procuram no imediatismo ter acesso e dirimir preocupações de ordem urgente, como alimentação e vestuário, primeiramente, antes de tentarem melhor qualidade de vida, tal a situação de fragilidade em que estão e dada a deficiência no acesso a políticas públicas de fomento à agricultura familiar.

O acesso democrático a recursos naturais, por essa tendência, não garantiria necessariamente a prosperidade a amazônidas (KITAMURA, 1994; DRUMMOND, 2002). A explicação da dicotomia poderia estar na divergência da qualidade de vida, alimentada pela necessidade de fomento à produção para mercados de consumo (SCHMINK e WOOD, 1992) em detrimento ao plantio e cultivo do próprio alimento. Em contrapartida, de modo positivo e por meio de projetos específicos de manejo florestal e madeireiro, direcionados de maneira concreta e efetiva, e ainda justificados dentro do contexto social dos assentados, há mais chances de aumento na tendência de otimização produtiva (MEDINA, 2004). A justificativa parece reforçar a noção de que o manejo na Amazônia, vinculado a sistemas extrativos de produção, pode ser benéfico à formação de um sentimento de comum, pautado na constatação de que há entre eles, unindo-os, interesses similares.

Problematizamos duas questões as quais, a nosso ver, insinuam-se como interdependentes. Uma é a premissa da conservação da Amazônia, estudada e defendida pelo IPCC, e outra é a necessidade de sobrevivência, no mesmo bioma, de populações de assentados. Ora, se para conservar a floresta é preciso manter elevada governança socioambiental e, para que assim se dê, é mister produzir e distribuir riquezas equitativamente, com assistência técnica, então temos uma questão profunda para refletir: até que ponto a conservação da floresta e sua biodiversidade e a produção de riquezas mediante recursos naturais disponíveis se associam sem que haja prejuízo a seres humanos e ao meio ambiente? Foi exatamente nessa direção de questionamento que objetivamos o estudo.

O levantamento teve viés aplicado. Foi delimitado um *case* para avaliação externa. Ponderamos sobre obstáculos psicossociais centrados em sentidos e comum para a continuidade de uma ação de manejo da floresta no interior do Estado do Amazonas, na Amazônia Ocidental, sob a denominação de Manejo Florestal Comunitário. O trabalho foi executado no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio da Resolução 184/92 de 20/03/1992. A área possui

42.910,76ha e tem capacidade para abrigar até 1,1 mil famílias, com o ideário de produção de alimentos para subsistência e pequeno comércio atacadista direcionado à capital.

As etapas da pesquisa foram: i) breve descrição histórica do assentamento, bem como das ações do programa de manejo via análise documental e observação participante; ii) delimitação do enfoque teórico questões do sentido e do comum, e conseqüentemente elaborar instrumento de coleta e análise de dados; iii) descrição da metodologia; iv) análise e discussão de resultados; e v) considerações finais.

Resumo histórico do assentamento e descrição do projeto

A terra e os assentados

O Assentamento Agrícola Tarumã Mirim foi homologado por decreto federal em 20/08/1992, no fim do processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Nos quatro anos que se seguiram, até 1996, a área foi sendo povoada e atingiu razoavelmente o volume populacional que tem hoje, após em 27 anos. Subdividida em 1.083 lotes com tamanho médio de 25 ha, a região fica localizada na zona rural de Manaus, Estado do Amazonas, em extensa área de 42.910,7601ha., com 110,6 km de perímetro, distante 21 quilômetros de Manaus vizinha à capital amazonense. Em cada lote agrário reside um agregado de famílias de assentados (de três a cinco famílias). Pela BR-174, que liga o Brasil à Venezuela, o acesso é difícil, pois o assentamento se conecta por uma vicinal de barro, transversal à rodovia na altura do quilômetro 21. Essa vicinal se estende por mais 13 quilômetros adentro. Para trafegar pela BR, há ônibus de linha a cada três horas. Mas pela vicinal, a condução se dá por coletivo uma vez por dia. Fora essa opção, é preciso ter condução própria ou ir de carona. Pela via fluvial (barco, canoa, bote etc.), indo pela Marina do David, na mesma direção geográfica do Amazonas.

A fase de ocupação e adaptação da população assentada ocorreu em meio à convivência com povos originários da etnia Baré, habitantes do Tarumã Mirim desde tempos imemoriais. Os Baré são ocupantes dominiais das cercanias a norte da capital Manaus, o que compreende uma extensa faixa de terra de quase 100 mil hectares, considerando-se também o que foi homologado pelo governo federal. Sendo residentes hegemônicos da região à época de constituição do assentamento, produziam itens florestais não madeireiros para subsistência desde tempos passados.

Porém, com o povoamento do local por assentados e a conseguinte assimilação mútua de traços socioculturais, indígenas conheceram a noção mercantil dos brancos e os brancos tiveram contato com a parentela por afinidade dos povos originários. Os grupos foram mesclando de modo controverso seus sentidos e sua noção de comum (PIMENTEL e MATIAS,

2004; ALBUQUERQUE, 2005). Esse movimento de intersecção foi notório por duas facetas, a diminuição do adensamento florestal e a mudança no modo de produção (CESÁRIO, 2004). Menos cobertura de floresta e alterações no sistema de trabalho contribuíram para modificar as relações entre os Baré e os assentados na medida do pertencimento à terra e aos sentidos do coletivo nela instalado (RODRIGUES, 2006A; RODRIGUES 2006B).

Antes da homologação formal do assentamento Tarumã Mirim, desde a redemocratização, em 1988, os Baré já experimentavam contatos importantes com a sociedade do entorno no que diz respeito à produção não madeireira. Indígenas fabricavam itens artesanais e vendiam em regiões adjacentes ou mesmo em Manaus. Supomos, portanto, que com a chegada de assentados na região o processo de incorporação de dinâmicas comerciais se acelerou. Nessa transição, houve maturação de afetos entre nativos e migrantes assentados, ocorrendo casamentos interculturais, cruzamentos familiares e sobreposição de cosmovisões. Os aspectos comerciais da interação se espalharam concomitante a esses campos de vivência.

Sob o ponto de vista legal, áreas de atuação do Promanejo Tarumã Mirim são pertencentes à União, sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e por isso necessitou-se o arcabouço legal para a pesquisa. O manejo florestal comunitário no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim foi criado para atender ao cumprimento da legislação florestal brasileira. Assim, funcionou como “braço” de um planejamento para o desenvolvido da região amazônica desde 1974, denominado programa Promanejo. O Promanejo foi implementado pelo Ministério do Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e tem como objetivo apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas com ênfase na produção sustentável.

O Promanejo do Assentamento Tarumã Mirim teve recursos orçamentários para que fosse possível o acesso de assentados a técnicas de manejo florestal e ao conhecimento de ferramentas que auxiliassem na gestão de negócios junto ao comércio da cidade de Manaus. No ensejo de elaborar um plano com base no inventário florestal (volume e biomassa) do assentamento, com licença de operação nº 299/99, os recursos requisitados pelo Promanejo chegaram a R\$ 450 mil, sendo verbas de contrapartida da equipe do projeto de R\$ 112,4 mil, em estrutura de laboratórios e equipamentos de mensuração.

Desde o início da segunda metade da década de 2010, pesquisadores da área de engenharia florestal da UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e especialistas em antropologia e comunicação da Ufam (Universidade Federal do Amazonas) organizam ações com auxílio de membros da associação dos comunitários do Tarumã Mirim e de consultores

contratados para avaliações *ad hoc* de resultados. As atividades foram divididas em duas etapas básicas:

i) ministrar cursos de capacitação, com treinamento teórico-prático, voltados para o ensino científico e extensivo de planos de manejo florestal junto aos assentados (cursos organizados ao longo de 30 meses);

ii) fazer levantamento de inventário florestal em 100% da área do assentamento, estimada em 225 hectares para a posterior compilação de um plano anual de operação manejada junto à população (mensuração finalizada).

A expectativa era que comunitários tivessem contato com técnicas de manejo e pudessem trabalhar formas sustentáveis de extração madeireira e não madeireira na área. Dessa forma, cursos não teriam por objetivo apontar pessoas mais ou menos capacitadas para atividades de manejo, mas sim suscitar alternativas que pudessem ser acatadas por todos. Foi resguardado o direito livre de aceite ou negação aos planos de manejo florestal a toda a comunidade de assentados do Tarumã Mirim.

Quanto à liberdade de escolha frente ao programa, foi solicitado a comunitários não integrados em atividades do Promanejo (individual ou coletivamente) que assinassem carta documental expressando a negativa, sem a necessidade de justificativa do ato. A caracterização do programa, assim, ficava acertada em âmbito normativo para Estado e Justiça.

A carta apresentada no Tarumã Mirim ao MMA/Ibama destaca (cf. a seguir):

[...] o manejo florestal comunitário (no assentamento agrícola Tarumã Mirim) será uma atividade promissora e inovadora sobre o aproveitamento da utilização dos recursos florestais, bem como mitigadora dos impactos ambientais, tendo como resultado esperado a agregação de valores econômicos aos produtos advindos da floresta, estimulando o desenvolvimento regional integrado e incentivando o desenvolvimento sustentado das comunidades (CESÁRIO, MOURA e OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 6).

Método

Hipóteses

O estudo foi guiado pelas seguintes hipóteses: i) a aceitação do plano de manejo madeireiro sugerido pelo Promanejo Tarumã Mirim tende a ser maior entre assentados homens que desenvolvem trabalhos braçais (corte de árvores com motosserra e queima de lenha para o fabrico do carvão) porque guardam melhor conceito mútuo de pertença social; ii) variáveis *tempo de residência e escolaridade* são determinantes para a compreensão de planos de manejo, o que corrobora com o aceite das bases de ação; iii) a aceitação do manejo está condicionada

ao ensinamento e acompanhamento técnico das ações dos assentados por parte de especialistas; iv) o sentimento fragmentário de pertença social dificulta às pessoas entenderem e aceitarem dar continuidade a projetos do tipo.

Participantes

Foram entrevistadas 107 pessoas do Assentamento Agrícola Tarumã Mirim, subdivididas em agrupamentos, conforme quatro subconjuntos de: i) Agricultores — que têm história de vida relacionada com a agricultura familiar ou em escala comercial; ii) Madeireiros e carvoeiros — que possuem história de vida ligada à exploração e produção de carvão ou madeira para uso pessoal ou venda comercial; iii) Piscicultores — que trabalharam ou trabalham atualmente, de forma cotidiana ou casual, na venda de peixes para o sustento familiar; iv) Autônomos — que atuaram ou atuam como diaristas nos mais diversos serviços, trabalhando por jornada.

A partir de uma população aproximada de 800 famílias produtoras no assentamento, o agrupamento de produtores de itens florestais, no universo dos 107 entrevistados, representou 70% dos participantes; piscicultores foram 19%; autônomos/comerciantes ficaram no patamar dos 10%. O contingente foi escolhido conforme dois critérios principais: a) ser assentado da reforma agrária que originou o núcleo e ter origem de regiões distantes da comunidade; b) ter participado de atividades técnico/educativas ou lúdicas coordenadas pelo projeto de Manejo Florestal Comunitário. Das 107 entrevistas, o critério de tempo de estadia no local ficou assim definido: 64,8% das pessoas participantes são residentes há, no mínimo oito anos no local; 21,6% são de residentes há, no máximo, quatro anos; e 13,5% são de residentes na faixa intermediária dos cinco a seis anos na comunidade de assentados.

A renda média atual considerada foi de R\$ 380/mês (moda R\$ 350). A projetada — tendo em vista a prospecção realizada via Promanejo, na qual todos passariam a trabalhar na exploração sustentável e venda de madeira manejada — foi de R\$ 5.500/ano (moda R\$ 5.300) em valores arredondados e sem considerar a oscilação sazonal do preço de mercado da madeira bruta.

Instrumento e procedimentos

Foi utilizado questionário híbrido, subdividido em itens objetivos e subjetivo/descritivos, contendo 27 questões concordantes entre si, elaborado a partir de Rodrigues (2006a; 2006b) e Catão e Rodrigues (2006) sobre aspectos psicossociais das representações sociais de meio ambiente e autoimagem de populações rurais. As perguntas se

destinaram (24 dos 27 itens) às expectativas das pessoas assentadas sobre i) seu futuro e o da sua família, ii) o posicionamento frente à escassez de trabalho e iii) o conhecimento do sentido do assentamento. Foi meta perscrutar acerca do modo de vida dos rurais a partir da produção de madeira manejada.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre do ano de 2018, mediante instruções sobre como proceder na abordagem. Tais instruções se deram assim: (i) era apresentada e explicada à pessoa participante o objetivo da pesquisa; (ii) havia uma breve conversação sobre assuntos próprios da região (*rapport*) e o programa de manejo florestal/madeireiro sugerido pelo Promanejo Tarumã Mirim; (iii) verificava-se se a pessoa podia ser enquadrada na amostra e, em caso positivo, perguntava-se se aceitaria ser entrevistada; iv) após o aceite, era entregue questionário e explicadas item a item as perguntas; v) para facilitar a compreensão nas perguntas tipo *likert*, antes de iniciar a prática das respostas era repetida duas vezes uma questão similar a todas aquelas que as pessoas participantes teriam de avaliar em seguida.

Análise dos dados

Foram descritas coocorrências de respostas objetivas acerca do “perfil produtor e comercial” dos moradores do assentamento, as quais suscitaram implicações da população com a questão produtiva dos itens florestais relevantes no Tarumã Mirim. A meta foi buscar sentidos dominantes sobre o projeto via frequência de respostas. Foi utilizada técnica de análise de conteúdo para categorizar respostas subjetivo-descritivas e tabular dados (BARDIN, 2002). Foram realizadas distribuições de frequência para correlacionar respostas.

Resultados e discussão

A relevância dos itens objetivos do questionário foi, inicialmente, para os tópicos: tipo de produção (TDP), venda do insumo (VDI) e renda de produção (RDP).

Quanto à fonte de renda ou sustento dos participantes, 60% deles deram ênfase à produção comercial de bens primários da retirada madeireira — destes, os que trabalham na venda da madeira (insumo) para atravessadores somam 69,6%, sendo 30,4% os que vendem para comerciantes ou consumidores diretos; 11,4% disseram ser a produção de subsistência (dos tipos peixe, frango e cupuaçu) a essencial fonte de sustento; 25,7% destacaram serviços de diarista (do tipo trabalho avulso por jornada) e 2,7% têm como fonte de renda aposentadorias ou pensões federais. Os dados indicaram conveniência inicial de comunitários à proposta do

Promanejo conforme seis em cada 10 pessoas, entre cooperadas, associadas e lideranças comunitárias, segundo perfil produtivo individual.

Quanto ao histórico familiar de produção (HFP), pressuposto de desenvolvimento local e integração (cf. ALMEIDA, 2004), 40% dos respondentes avaliou que, no passado, seus parentes tiveram mais afinidade em práticas com madeira bruta; 21,6% afirmou que a família preferia trabalhar com artesanato; 15% apontou a castanha como produto comercializado; 10% disse ser o pau-rosa (hoje em risco de extinção na área do assentamento) o preferido há dez anos; 6,6% incluíram a copaíba como fonte de renda familiar de outrora e 6,6% não souberam opinar sobre seu histórico produtivo.

No que concerne a auxílios financeiros (AF), 48,6% dos entrevistados disseram já ter recebido verbas de custeio do Governo Federal, subdivididas entre os programas Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Floresta, Cartão Cidadão e Auxílio Habitação. Outros 51,3% afirmaram nunca ter ganhado dinheiro de programas de distribuição de renda. Associando o não recebimento de “auxílio financeiro do Governo” ao aceite do projeto de manejo comunitário do Promanejo, não foram encontradas tendências que associassem as variáveis. De tal modo que não pareceu não haver diferenças entre os que recebem auxílio (55,5% *Sim* ante 45,5% *Não*) quanto os que não recebem (68,4% *Sim* ante 32,6% *Não*) no tocante às possibilidades de aceitação a planos de manejo madeireiro.

A relação entre os meios de transporte utilizados pelos trabalhadores e os locais de venda no varejo/atacado foi destacada conforme o que segue: 21,9% da produção são vendidos dentro do próprio assentamento, enquanto 68,2% têm saída em Manaus. Os 9,7% restantes são destinados a vendas itinerantes, em qualquer local, conforme sazonalidade. Nesse âmbito, foi verificado que 20% do transporte utilizado para levar cargas são feitos em bicicletas (2%), canoas (2%), motos (2%), canoas motorizadas ou rabetas (6%) e outros meios veiculares (8%, jericos, carroças, carrocerias etc.). A premissa de que microprodutores vendem produtos localmente, sobretudo, enquanto pequenos produtores optam por levar de caminhões, caminhonetes (60%) e carros tracionados (20%) para Manaus (68,2%) foi assertiva no levantamento quantitativo simples de frequências.

O volume de produção da propriedade no assentamento é variável associada com o uso de transporte pesado (do tipo caminhonete, caminhão ou veículo tracionado) para levar cargas das áreas dos lotes para pontos de venda. Quanto mais robusta a produção, maior o tipo de transporte. Esse dado aponta que a lógica de mercado caracteriza uma distinção entre assentados que não raro culmina em perspectivas excludentes para quem não tem uma produção com volumes maiores. As respostas concorrem para a negação da hipótese sugerida pelo Promanejo,

de que trabalhadores homens, braçais, teriam melhor aceitação do manejo sustentado em razão da resistência física (MOURA, CESÁRIO e OLIVEIRA FILHO, 2006).

Ao que se indica, tanto a autoimagem sociotrabalhista dos rurais do Assentamento Tarumã Mirim, levando em consideração Rodrigues (2006c), quanto a distinção entre trabalho rural e produção rural, não são claras. O percentual de respondentes que conseguiu distinguir a ação de produzir e manter volumes requeridos pelo mercado da atividade de trabalhar como empregado em plantações ou coletas comunitárias foi de 45,94%, ante 54,05% daqueles que não souberam identificar com clareza sua posição frente ao desafio proposto pelo Promanejo, de trato sustentável de madeira, desde a década passada. Entretanto, por ter sido levantamento exploratório para a verificação da aceitação do programa em nível psicossocial, cabem estudos futuros e re-testes utilizando instrumentos outros (Albuquerque, Vasconcelos, Coelho, 2004).

Como suporte das descrições sociodemográficas, foram destacadas duas tabelas de produtos que são, segundo participantes (sem subdivisão entre agricultores, madeireiros/carvoeiros, piscicultores e autônomos) “melhores para produzir e vender” no assentamento e fora dele, com e sem a ajuda do Governo Federal. A primeira tabela diz respeito a questionamento não estimulado, no qual foi pedido que destacassem três produtos/insumos geradores de renda na atualidade e que eram bons para serem produzidos sem ajuda técnica do Promanejo. Foram tabuladas 494 respostas a partir dos questionários (1,3% invalidadas por abstenção). A segunda tabela é referente a questionamento estimulado e direcionado para o item “madeira”. Foi pedido destaque no mínimo de um e no máximo de nove produtos/insumos geradores de renda e bons para produção com ajuda do Promanejo, segundo lista fechada de itens considerados madeireiros/florestais (MOURA, CESÁRIO e OLIVEIRA FILHO, 2006). Foram tabuladas 498 respostas (1,9% invalidadas por abstenção).

Tabela 1. Produtos potencialmente geradores de renda para assentados, segundo perspectiva espontânea

	Peixes	Madeira	Verduras/Legumes	Bovinos/Suínos	Carvão
<i>Frequência</i>	96	35	197	35	45
<i>Percentual</i>	19,41%	7,70%	39,80%	6,79%	8,73%
	Aves	Apicultura	Aromas/Extratos	Artesanato	Farinha
<i>Frequência</i>	46	5	15	15	5
<i>Percentual</i>	9,70%	0,97%	2,91%	2,91%	0,97%

Tabela 2. Produtos florestais/madeireiros potencialmente geradores de renda para assentados, segundo perspectiva estimulada

	Pau-Rosa	Sorva	Castanha	Borracha	Andiroba
<i>Frequência</i>	45	5	72	20	25

<i>Percentual</i>	8,97%	1,28%	14,10%	3,84%	5,12%
	Madeira	Balata	Copaíba	Artesanato	Nenhum
<i>Frequência</i>	153	5	51	102	20
<i>Percentual</i>	29,48%	1,28%	10,25%	20,51%	3,84%

Na tabela 1, produtos hortifrutícolas tiveram preferência, assim como a piscicultura, frente a itens granjeiros e madeireiros, segundo tendência de produção sem auxílio do Promanejo. Junto com a bovinocultura, a prática madeireira ficou em níveis mais baixos de preferência. Na tabela 2, o item madeira teve oscilação grande na correlação com respostas ordenadas na tabela 1, o que indica aceite por conveniência referente à proposta do Promanejo. Parece ter ficado nítido que o aceite a planos de manejo está condicionado a auxílio técnico permanente do governo para a atividade de proficiência com a madeira. A Tabela 1 indica que, sem assistência, a madeira não é o item escolhido prioritariamente por conta de ser um trabalho extremamente árduo e cansativo. As implicações dessas respostas denotam que a governança no âmbito da produção madeireira tende a fortalecer laços de sustentabilidade no ambiente, fortalecendo a ideia de comum entre os assentados.

Dentre itens identificados, foi observado que a maioria dos participantes, de todos os grupos estudados, possui percepção positiva acerca da produção hortifrutícola, porém sem descartar a possibilidade da produção madeireira, tendo em expectativa a condição de ser acompanhada por técnicos específicos da área, indicados pelo ProManejo. A hipótese da aceitação condicionada às peculiaridades do acompanhamento institucional pode ser observada em trabalhos de Fearnside (1989d), o qual estipulou existir medição denominada “Capacidade de Suporte Humano” (Fearnside, 1986), a qual mensura o gradiente de possibilidades de fracasso da produção de colonos rurais na Amazônia a partir da densidade populacional nas regiões manejadas com suporte de projetos institucionais.

Itens sobre sentidos

O conhecimento acerca da aceitação do programa de manejo comunitário do Promanejo, com base nas perguntas subjetivas/descriptivas do questionário e compreendido pela análise de conteúdo, foi dimensionado via duas categorias empíricas: concepções/descrições e significados/sentidos.

Referente à “concepção”, respondentes descreveram o que significava o Promanejo enquanto ação de inclusão produtiva por meio do manejo florestal. Quanto ao “sentido”, participantes tiveram de ressaltar o nível subjetivo de percepção acerca do projeto.

Tabela 3. Frequências e percentuais da “intenção subjetiva de aceitação do Promanejo”, segundo agricultores, madeireiros/carvoeiros, piscicultores e autônomos (valores arredondados guardadas as proporções da responsividade da moda)

<i>Categorias</i>	G-Agri		G-Mad/Carv		G-Pisc		G-Aut		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
<i>Percepção</i>										
Afirmção	63	50	63	50	70	58	30	25	226	45,5
Neutralidade	13	10	31	25	36	29	63	50	143	28,5
Negação	49	40	31	25	17	13	32	25	129	26
Total	125	100	125	100	123	100	125	100	498	100

Discursos afirmativos sobre entendimento e propensão à aceitação do Promanejo giraram em torno de sentenças como:

[...] Vai ajudar a comunidade a preservar a floresta e fazer reflorestamento (G-Agri) ... Vai beneficiar quanto à agroindústria da madeira na região (G-Mad/Carv) ... Ajudará a montar minha marcenaria (G-Pisc) ... Com o conhecimento de exploração (que o Promanejo trouxe) poderemos desenvolver atividades como plantar ou criar e isso traria uma renda de auto sustento e um bem-estar (G-Aut).

Discursos neutros sobre entendimento, que denotam indecisão ao aceite do Promanejo, supostos segundo sentenças como:

[...] Ele trouxe orientação àqueles que trabalham com madeira (G-Agri)... Agora outras pessoas têm mais condições de trabalhar (G-Mad/Carv)... Fazer piscicultura é melhor, mas o projeto é bom (G-Pisc)... No meu terreno eu planto, não corto madeira, mas o projeto ajuda na conservação (G-Aut).

Discursos negativos sobre entendimento e propensão à aceitação do Promanejo foram supostos segundo sentenças como:

[...] O projeto vai me ajudar a expandir meu plantio (G-Agri)... Vai ajudar a gente a fazer carvão (G-Mad/Carv)... Sobre o projeto, bem, a floresta deve ser usada para extrair carvão, não é? (G-Pisc)... Não sei [sobre o Promanejo], só quero ganhar o suficiente para sustentar a minha família (G-Aut).

Respostas subjetivas sobre o nível de entendimento do projeto e a possível aceitação giraram em torno de três esferas: i) a da afirmação, vinculada à garantia de auxílio técnico por parte da coordenação do Promanejo; ii) a da neutralidade, na qual pessoas assentadas apoiam a iniciativa, mas não querem se inserir nela por entenderem a madeira como extrato difícil de trabalhar e obter renda; iii) a da negatividade, vinculada à não aceitação por conta de crenças relacionadas à baixa rentabilidade das atividades de manejo comunitário desenvolvidas.

Agricultores apresentaram frequência de 50% na subcategoria afirmação, ficando índices negação e neutralidade em 40% e 10%, respectivamente. Madeireiros e carvoeiros tiveram 50% na subcategoria afirmação e 25% na negação, com igual percentual de respostas na subcategoria neutralidade, 25%. Piscicultores, na afirmação, tiveram 58%, e na neutralidade 29%, além de 13% de respostas enquadradas na subcategoria negação. Autônomos tiveram 25% na afirmação e 25% na neutralidade, com enquadramento de 50% na subcategoria negação.

A hipótese (H_1 , tópico da aceitação) de que a pertença social — formada também por ações e indicações oriundas do universo trabalhista e produtivo (KOURY, 2001; KOURY, 2002) — poderia angular o entendimento e a aceitação subjetiva dos assentados do Tarumã Mirim parecer ter sido atestada pelas respostas do grupo *G-Aut*, de trabalhadores autônomos. Pela análise do léxico-semântico (Bardin, 2000), três em cada quatro conjuntos obtidos de falas sugeriram algum tipo de desconfiança ou descrença sobre princípios do Promanejo na área. A percepção foi acentuada no decorrer da avaliação desse grupo. Sobre as respostas de *G-Agri*, *G-Mad/Carv* e *G-Pisc* não ficaram manifestos ou latentes esses conteúdos.

Tabela 4. Frequências e percentuais de “concepções/descrições sobre o Promanejo”, segundo agricultores, madeireiros/carvoeiros, piscicultores e autônomos (valores arredondados guardadas as proporções da responsividade da moda)

<i>Categorias</i> <i>Descrições</i>	G-Agri		G-Mad/Carv		G-Pisc		G-Aut		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Coletivista	74	60	84	68	88	72	92	75	338	68,2
Orgânica	49	40	40	32	36	28	31	25	156	31,8
Total	123	100	124	100	124	100	123	100	494	100

Discursos coletivistas acerca da concepção do Promanejo foram supostos segundo sentenças como:

[...] Ajuda a trabalhar de maneira organizada para evitar danos maiores usando os recursos naturais (G-Agri)... Com o manejo sustentável e a exploração da madeira nos beneficiaríamos da floresta (G-Mad/Carv)... O projeto ajuda a fazer o aproveitamento da madeira derrubada (G-Pisc)... O projeto nos ajuda a aproveitar todas as formas de especiarias que a floresta nos oferece sem prejudicar o meio ambiente e sem agredir a natureza (G-Aut).

Discursos individuais acerca da concepção do Promanejo foram supostos segundo sentenças como: “[...] Ajuda com que eu me beneficie da floresta (G-Agri)... Ensina eu a derrubar e aproveitar para plantar (G-Mad/Carv)... Ensina a aumentar meu terreno (G-Pisc)... ajuda na criação de peixe e frango (G-Aut).

Conceitos foram sublinhados em torno da indissociável ligação do que seria a “ação técnica para produzir em escala individual ou coletiva” com ajuda do Promanejo e a “ação técnica de comercializar a produção em escala individual ou coletiva” com auxílio do mesmo programa. Os resultados mostram dois diferentes tipos de concepção acerca do programa associados às esferas: i) orgânica (individualista — em que respondentes conceituaram o Promanejo como ação focada para ajudar a poucos) e ii) coletivista (de viés social — em que respondentes conceituaram o Promanejo como ação para ajudar a comunidade como um todo).

Dados apontaram convergências de concepções entre os quatro grupos estudados, no que tange a padrões de unidades temáticas verificadas. Agricultores apresentaram frequência baixa na subcategoria coletivista 60%, seguida da subcategoria orgânica, com 40%. Madeireiros e carvoeiros tiveram maior frequência, respectivamente, na subcategoria coletivista, 68%, e na orgânica 32%. Piscicultores, na coletivista, tiveram 71%, e na orgânica 28%. Autônomos tiveram 75% na coletivista e 25% na orgânica. Nos quatros grupos, a subcategoria realçada foi a coletivista ($M = 68,2\%$ ante $M = 31,8\%$ da orgânica). Importante frisar que os autônomos não são identificados com nenhum grupo de produção (piscicultores, madeireiros, carvoeiros, hortifrutigranjeiros) contatado pelo Promanejo. Em geral, são pessoas que já experimentaram variadas atividades produtivas sem sucesso, estimuladas por projetos coletivos ou particulares, o que as deixa céticas quanto a iniciativas governamentais

Percentuais sugerem que tempo de residência e escolaridade (H_1 , tópico da aceitação) não se mostram enquanto variáveis estritamente determinantes, na população, para a compreensão do plano de ação do Promanejo, o que corrobora com sugestão de Rodrigues (2006a) sobre a existência de ao menos quatro fatores de formação das percepções em comunidades rurais amazônicas.

Interregno: resultados e discussão

Associando dados da ação do Promanejo no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim ao suposto da análise de obstáculos psicossociais centrada em sentidos e sentimento do comum, temos que a atividade de manejo florestal da madeira e o conseqüente fomento a técnicas de reflorestamento, corte de madeira, beneficiamento e conservação de recursos foram importantes para pensarmos o pertencimento ao assentamento. Uma variável interveniente para a afirmação partiu das trocas de experiências e saberes notificadas, sobretudo em se tratando de ação pioneira em uma região que ficou mais de 10 anos sem auxílio básico — o que gerou enormes problemas, a começar por questões centrais, como saúde e educação, passando pela escassez crônica de investimentos no fornecimento de energia elétrica, a qual só se deu em 2005.

A pesquisa indica que, em termos gerais, não há o sentimento da floresta como bem comum e que o trabalho com madeira se configura como penoso e cansativo. Mas que, a partir da ação de governança do Promanejo, com apoio técnico, notava-se o início da assimilação de sentidos que enlaçam temas como território e afeto. Antes se tratavam de populações vindas de diversos espaços e que não possuíam ligação entre si ou com o território, principalmente aquelas pessoas de origem não amazônica. Após a atuação do programa, a relação com o local e entre a população se transformou.

Nossa afirmativa atesta que não defendemos um sentimento cristalizado entre assentados em relação ao manejo da madeira, pois conforme Sawaia a própria ideia de sentimento é engendrada em aspectos mutáveis e complexos da identidade das pessoas.

[...] E a identidade é conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas e excludentes, bem como ao processo de inserção social nas relações internacionais. O clamor pela identidade, quer para negá-la, reforçá-la ou construí-la, é parte do confronto de poder na dialética da inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios (SAWAIA, 2001, p. 124).

A identidade é importante para que as pessoas ocupem lugar nos debates sobre política pública e se tornem sujeitos políticos. A identidade com o outro e o meio, após o processo de manejo, passa a se revelar exatamente em razão do fortalecimento do sentimento do comum (SAWAIA, 1995, 1999, 2001), então suscitamos que a força do comum é potencializadora de resistências a violências no campo, de enfrentamentos a investidas do Estado relacionadas a isolamento forçado e falta de governança e suporte técnico, como também a identidade pode se tornar um elo para o sentimento de comum.

En resumen, hace falta recuperar un concepto de lo común que incluya los aspectos naturales, antropológicos, culturales y políticos que vertebran buena

parte de la tradición occidental y de otras, adaptados al presente. Entre otros motivos porque la pertenencia a un solo planeta a todos los efectos encierra mucho más que un solo mundo de los negocios o la inmediatez tecnológica en el espacio y el tiempo, mientras que los miedos crecientes (espontáneos o azuzados por los diversos poderes) van instaurando la desmovilización social, el populismo, la mentalidad del *sálvese quien pueda* o en el mejor caso una derrotada resignación (ESPINOSA, 2013, p. 186).

O comum favorece a “bons encontros potencializadores” no assentamento e à conquista de espaços de vivência compartilhada. “O comum, portanto, é ideia política, um princípio político no sentido de ordenar, comandar e reger toda a atividade política, que se contrapõe ao individualismo triunfante da pós-modernidade” (Sawaia, 2018, p. 35).

Se duas pessoas se põem de acordo e unem suas forças, mais elas podem juntas e, conseqüentemente, mais direito têm do que cada uma delas tinha por si só na natureza, e quanto mais numerosos forem os homens que tiverem posto suas forças em comum, mais direito também terão eles todos em conjuntos (SPINOZA, 2013, Capítulo II, §13).

Populações vindas de diferentes partes do Brasil, com diferentes histórias de vida, por exemplo com história familiar de desmatamento e de dedicação a atividades diferenciadas, com o Promanejo começam a encontrar pontos comuns. Pessoas presas à busca imediata da sobrevivência, tendem a não sentir que a floresta é um bem. Pelo contrário, sentem que precisam defender a própria atividade e temem a mudança.

Porém, partindo de uma visão espinosista que não dicotomiza corpo e mente, razão e emoção, bem como supõe afetos como definidores da qualidade ética da vida (Spinoza, 2013), entendemos que maus encontros vividos historicamente por assentados tendem a lançá-los em condições de sofrimento ético-político, fruto da dialética inclusão/exclusão social e da desigualdade social. “O sofrimento dos que vivem a inclusão perversa revela o processo de exclusão, afetando o corpo e a alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome [...]” (SAWAIA, 1999, p. 115).

Ou seja, o sofrimento ético-político e a dialética inclusão/exclusão social são formas de violência social vivenciadas pelos assentados no território. São também essas interposições que marcam seu corpo e sua mente, pois:

[...] a vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada

personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento (VIGOTSKI, 2010, p. 686).

Essas vivências ocasionam a diminuição da *conatus* e, por conseguinte, afetam sujeitos que dependem do meio ambiente para sobreviver. Outrossim, ao atacar o bioma e o território, também afetam os sujeitos, pois para muitos, principalmente comunidades tradicionais, esse espaço faz parte de si, os compõe. Aí se encontra a grande perversidade da violência, que não afeta somente o físico dos povos, mas também suas almas — o meio ambiente e seu território. Salientamos que violência é compreendida como:

[...] fenômeno em ato, desencadeada pelas afecções produzidas nas relações de servidão. A violência ocorre quando os homens sentem que sua potência está diminuída e buscam, imaginariamente, aumentá-la e, caso julguem que a causa de seus problemas é o outro, são facilmente dominados pelo ódio e pelo ressentimento, juntamente com ideias de vingança (SAWAIA, 2004, p. 34).

Além disso, apesar de se tratar de cenário avesso à implantação de programas de sustentabilidade estatais, a dinâmica da variável independente (ação do Promanejo) ante a variável dependente (mudança de atitude frente ao tratamento com a madeira e aceitação do projeto no assentamento), especificada em H_1 , foi percebida como positiva, segundo interpretações não paramétricas supostas por Cosby (2003). A correlação especificada nos ajuda a insinuar a manutenção de intercessões entre a mudança de atitudes dos quatro grupos pesquisados (agricultores, carvoeiros e madeireiros, piscicultores e autônomos) frente à execução do Promanejo em uma escala de dois anos de recorte (24 meses).

A interjeição de positividade com o Promanejo, todavia, não pode ser compreendida como objetivo fim. Ela é um meio de apontar novos trabalhos de avaliação acerca das contingências técnicas e de desenvolvimento dos assentados no tocante ao manejo comunitário madeireiro, e também uma forma de proporcionar outros encontros, possibilitando a potencialização desses sujeitos frente às violências vividas no e com o território. O trabalho com os grupos de assentados também.

[...] supone otra manera de educar y el compromiso de tejer redes de apoyo (local y global) que faciliten un proceso de integración en/por lo común hoy apenas iniciado, amén de recuperar los vínculos que nos humanizan y establecer nuevas relaciones ecológico-parentales, económicas y políticas (ESPINOSA, 2013, p. 190).

O projeto almejou incentivar outras formas de vivência com o que estava externo e fomentar novos encontros com o entorno e os grupos, supondo afetos positivos no assentamento. Foi meta demonstrar a importância de considerar o bioma como espaço dominial para os povos, visto a ligação e a forma de se relacionar com os ecossistemas. Resultados gerais apontaram que apenas um grupo minoritário (*G-Aut*) não logrou convergência de percepções com outros três maiores conjuntos populacionais, acerca das intenções de ação do Promanejo, o que pode ser justificado pela situação de desigualdade entre grupos no contexto do fomento a políticas públicas.

As respostas do *G-Aut* sugerem que existe integração intergrupar na assimilação de ações voltadas ao ambiente rural, mas contingências do presente são assimétricas. Aqui reside a importância da Psicologia Social, da Antropologia e da Comunicação (áreas de Humanas constantes como avaliativas neste estudo), mas principalmente da Psicologia Social, para o enfrentamento dessas violências. Temos que agir tanto nas condições sociais, quanto na forma como elas afetam as pessoas e se inscreveram em seus corpos e almas, o que significa atuar em sistemas constitutivos (SAWAIA, 2001). Deste modo, ao criar novas medições para avaliar a intenção de produção sustentável, com o uso da floresta, temos forte indicativo de que o Promanejo, no *case* estudado, se fortaleceu ao identificar formas de potencialização e enfrentamento à desigualdade social, pois

“[...] emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto somos as atividades que desenvolvemos [...] e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que os cercam (LANE, 2006, p. 62).

Cabe também a ressalva de que, diante da relevância dos rurais na Amazônia, seria preciso que houvesse mais ações sociais e socioambientais para abarcar grupos alternativos, do tipo dos *G-Aut*, os quais não se enquadram em políticas oferecidas pelo governo. E não por serem menos ou mais merecedores de atenção especializada, mas por guardarem anseios que, quiçá, não vêm sendo supridos ainda que por atividades programadas de forma planejada, tal qual o Promanejo.

Diante do exposto, perguntas são inevitáveis: como institucionalizar práticas de construção de comuns? Como ampliar ações interdisciplinares nesses programas? Como fortalecer mais espaços de potência para os sujeitos? São questões extremamente importantes. Todavia, “no tenemos soluciones, solo la certidumbre de que es imprescindible una acción

ciudadana pacífica, firme y paciente en la defensa de lo común para establecer el rumbo en una civilización hoy a la deriva” (ESPINOSA, 2013, p. 192).

Considerações Finais

O estudo almejou contribuir para a compreensão dos resultados de um dos maiores programas de manejo de recursos naturais da Amazônia brasileira, o ProManejo, que leva técnicas de extração, beneficiamento e comercialização da madeira a rurais do bioma. Tendo em vista destaques suscitados, foi possível notar que existe relação entre entendimento e aceitação de atividades de manejo conforme há maior consistência e continuidade na taxa de auxílio técnico e acompanhamento aos trabalhos. Porém, a dificuldade de se fazer valer ações produtivas entre rurais é vigente, tanto pelas distâncias a serem vencidas quanto pela escassez de recursos.

Os afetos da experiência de sofrimento, violência, abandono e isolamento, que foram gestados ao longo da vida, geram descrédito e desconfiança em relação a ações do Promanejo. Porquanto, o projeto não deve focar unicamente do trato sustentável da madeira, mas possibilitar integrações a atividades agrofamiliares, tais como piscicultura, hortifruticultura e granjeira. Ademais, existem dificuldades psicossociais no contexto dos assentados que devem ser consideradas, conforme cada território em que o programa de manejo é aplicado. Para o enfrentamento à violência vivida nesses territórios faz-se necessária a formação do comum e a potencialização desses sujeitos através de bons encontros espinosanos, pois

[...] afetos não são pecados ou antagônicas à razão e à verdade, nem representações cognitivas desinteressadas ou experiência dispersas, eles indicam a forma como sou afetado pela sociedade, por forças mais poderosas e numerosas que nós e que exercem poder sobre nosso corpo e mente simultaneamente, afetações que provocam variação da intensidade qualidade da potência de desenvolvimento e liberdade (SAWAIA, 2015, p. 20).

E muitos desses caminhos são feitos com a mediação do programa, no entanto apontamos para ações futuras: i) acompanhamento técnico do ProManejo mais presente nas áreas de atividade — ao menos uma vez por semana —, com direcionamento, sobretudo, voltado a processos de comercialização e não apenas à produção dos itens; ii) melhor funcionalidade de aportes financeiros na área da infraestrutura do manejo, tendo em vista agilizar, por exemplo, processos comunicacionais intergrupos entre participantes, ajudando nas orientações teórico-práticas a assentados; iii) revisões periódicas (psicossociais) sobre intenções de manejo madeireiro de assentados participantes, e não apenas no final das ações,

possibilitando aglutinar grupos mais homogêneos de produtores com um mesmo fim; iv) implantação de políticas de crédito a serem desenvolvidas, tendo em vista que produtores possam ter incentivo inicial para montar agrupamentos comerciais em razão da cultura madeireira; e v) acompanhamento de profissional de psicologia social junto a grupos de assentados, considerando ações de incentivo a sentimento de pertença e comunalidade entre atendidos do programa.

Referências

ALBUQUERQUE, F. J. de, VASCONCELOS, T. C. & Coelho, Jorge Artur. Análise psicossocial do assentamento e seu entorno. *Psicol. Reflex. Crit.*, vol.17, no.2, p.233-242. ISSN 0102-7972, 2004.

ALBUQUERQUE, F. J. B. de, COELHO, J. A. P. M., NÓBREGA, A. F. da *et al.* (2005). Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. *Psicol. estud.*, set./dez. 2005, vol.10, no.3, p.499-506. ISSN 1413-7372.

ALMEIDA, M. W. B. de. (2004). Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Out 2006. DOI: 10.1590/S0102-69092004000200003.

BALSADI, O. V. (2001). Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. *São Paulo Perspec.*, jan./mar. 2001, vol.15, nº.1, p.155-165. ISSN 0102-8839.

CATÃO, M. F. F. M.; RODRIGUES, R. A. (2006). Estudo das Crenças Acerca do Pensamento Mítico na Amazônia: Os Rurais Ribeirinhos e Suas Interpretações Coletivas. In: XV Conic (Congresso de Iniciação Científica) da Ufam, 2006, Manaus. Anais do XV Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Manaus: Edua (Editora da Universidade Federal do Amazonas), v. 15º. p. 268-268.

CESÁRIO, J. M. A. G. (2004). Prospecção em uso de fitoterápico, fitocosméticos e nutricêuticos. Dissertação de mestrado. EST/UEA.

COSBY, P. C. (2003). Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Atlas.

DIAS, A. S., CAMPOS, J. J., SOTO, R. V. *et al.* (s/d). Manejo Florestal Diversificado em una Comunidad Ribereña de la Amazonía Brasileña: Consideraciones Sociales y Silviculturales. *Revista Forestal Centroamericana*. Disponível em: http://www.iieb.org.br/arquivos/artigo_manejo_florestal_diversificado. Acessos em: 21 de jun de 2018.

DRUMMOND, J. A. (2002). Natureza Rica, Povos pobres? - Questões Conceituais e Analíticas Sobre o Papel dos Recursos Naturais na Prosperidade Contemporânea. *Ambient. soc.*, jan./jun., nº.10, p.45-68. ISSN 1414-753X.

ESPINOSA, L. (2013). Por una eco-antropología de lo común. *Dilemata*, año 5, nº 12, p. 171-197. ISSN 1989-7022.

FEARNSIDE, P. M. (1986). Migração, colonização e meio ambiente: o potencial dos ecossistemas amazônicos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01, Nov, 2018. doi: 10.1590/S0102-311X1993000400005.

_____, (1989d). Manejo florestal na Amazônia: Necessidade de novos critérios na avaliação de opções de desenvolvimento. *Pará Desenvolvimento*, 25: 49-59.

_____, (2003). A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Manaus, AM. 134 pp. (ISBN 85 211 0019-1).

_____, (2005). Amazônia, Grande Desafio a Ser Enfrentado. *Visão Agrícola* 2 (4): 14-17.

_____, (2006). A vazante na Amazônia e o aquecimento global. *Ciência Hoje*. 231, outubro, 2006.

GEHLEN, I. (2004). Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. *São Paulo Perspec.*, abr./jun., vol.18, nº.2, p.95-103. ISSN 0102-8839.

GODELIER, M. (1984). *L'Idéal et le Matériel*. Paris: Fayard. 348 p.

IPCC. (2013). IPCC Working Group I full report. IPCC Media Advisory.

IPCC. (2014). WGII AR5: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability: Summary for Policymakers.

IPCC. Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems. Summary for Policymakers. Acess 09/09/2019. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Edited-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf. 2014a.

KITAMURA, P. C. (1994). A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Embrapa.

KOURY, M. G. (2001). Enraizamento, Pertença e Ação Cultural. *Cronos* 2(1):131-37.

_____. (2002). Confiança e Sociabilidade. Uma análise aproximativa da relação entre medo e pertença. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. Um estudo do Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis: Vozes.

LANE, S. L. M.; SAWAIA, B. B. (orgs). (2006). *Novas veredas da Psicologia Social*, São Paulo: Brasiliense, Educ.

LUCKERT, M. K.; CAMPBELL, B. M. (2002). Expanding Our Conceptual and Methodological Understanding of the Role of Trees and Forests in Rural Livelihoods. *In*: Campbell, B.M. e Luckert, M.K. (ed.). *Undercovering the Hidden Harvest: Valuation Methods*

for Woodland and Forest Resources (People and plants conservation manuals). London: Earthscan Publications Ltd. p. 228-238

MEDINA, G. (2004). Ocupação Cabocla e Extrativismo Madeireiro no Alto Capim: Uma Estratégia de Reprodução Camponesa. *Acta Amaz.*, vol.34, no.2, p.309-318. ISSN 0044-5967.

MORAN, E.; Mccracken, S. (2004). O ciclo de desenvolvimento de grupos domésticos e o desflorestamento da Amazônia. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 7, n. 2 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-53X2004000200003 &lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Out 2018. doi: 10.1590/S1414-753X20040002 00003.

MOURA, J. B. de, CESÁRIO, J. M. A. G.; OLIVEIRA FILHO, R. F. de. Manejo Florestal Comunitário no Assentamento Agrícola Tarumã Mirim/AM. Fundação de Apoio Institucional Muraki, EST/UEA, Plano de Ação. Manaus/Amazonas, 2004 (revisado, 2006).

PIMENTEL, N. (2004). Arranjos Produtivos Locais – Aplicação no Estado do Amazonas. *Rev. T&C Amazônia*, ano 2, nº 4, abril de 2004.

RODRIGUES, R. A. (2006a) Representações Sociais por Comunidades Rurais Amazônicas do Conceito de Ambientalismo ou Preservação Ambiental. *Somanlu Revista de Estudos Amazônicos*, Ufam, v. 1, nº. jan/jun, p. 81-93.

RODRIGUES, R. A. (2006b). Estudo Descritivo do Tema Ambientalismo Segundo Quem Produz a Notícia: Percentuais Comparativos Intergrupos. *Revista Intercom Norte 2006, V Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Norte, Manaus/Amazonas.*

RODRIGUES, R. A. (2006c). Representações da Auto-Imagem Sociotrabalhista por Comunidades Rurais Ribeirinhas de Manaus. In: 1º Simpósio da SBPC no Amazonas: Desafios e Perspectivas da Realidade Amazônica, 2006, Manaus. Anais do I Simpósio da SBPC Amazonas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, v. 1. p. 108-109.

SAWAIA, B. B. (2018). Afeto e Comum: categorias centrais em diferentes contextos IN: Sawaia, B. B. Albuquerque, R. Busarello, F. R. Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial, Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busarello, Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

SAWAIA, B. B. (2015) Psicologia Sócio-Histórica: Interdisciplinaridade e transformação social – uma relação teórica com Vigotski sem fidelidade opressiva. IN: MARTIN, Sueli T. F. (orgs), *Psicologia sócio-histórica e contexto brasileiro*. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás.

SAWAIA, B. B. (2004). Uma análise social da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico crítico. In: Souza, L., Trindade Z. *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SAWAIA, B. B. (Org) (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.

SAWAIA, B. B. (1999) Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. *Psyque*, vol. 8, n. 1, p. 19-25.

SAWAIA, B. B. (1995) O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, n. 2.

SCHINEIDER, R. et al. (2000). Amazônia Sustentável: Limitantes e Oportunidades para o Desenvolvimento Rural. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazon. 58p.

SPINOZA, B. (2013). Ética. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

VERÍSSIMO, et al. (1996). Impactos da Atividade Madeireira e Perspectivas Para o Manejo Sustentável da Floresta Numa Velha Fronteira da Amazônia: O Caso de Paragominas. *In: Barros, Ana C. e Veríssimo, Adalberto (Eds.). A Expansão da Atividade Madeireira na Amazônia: Impactos e Perspectivas para o Desenvolvimento do Setor Florestal no Pará.* Belém: Imazon. p. 47-73.

VIGOTSKI, L. Quarta aula: A questão do meio na pedologia. [tradução Márcia Pileggi Vinha]. *Psicologia USP*, São Paulo, 2010, 21 (4), 681-701.

Notas

1 Apoio: Fundação Muraki e Banco KfW.

2 De 1996 a 2020, período de trabalho do IPCC desde sua criação, foram produzidos 22 volumes de informes gerais de avaliação, 11 volumes sobre aspectos específicos (números especiais), 11 volumes sobre metodologias, 6 volumes sobre documentações técnicas e 10 glossários sobre terminologias usadas ao longo das pesquisas (ver https://archive.ipcc.ch/home_languages_main_spanish.shtml#tabs-3).

3 Em longo prazo, a consequência do desmatamento no assentamento será a crítica aceleração da emissão de dióxido de carbono e metano, a partir de níveis de 100 t/ano por hectare derrubado — enquanto um hectare em pé tem o potencial de sequestrar 1 t/ano (FEARNSIDE, 2003; FEARNSIDE, 2005; FEARNSIDE, 2006).